



# **Demonstrações Financeiras Anuais**

Para o exercício encerrado em 31/12/2018

*Contas aprovadas em reunião do Egrégio Conselho Pleno da  
Seccional do Paraná em 12/07/2019*

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ**

CNPJ 77.538.510/0001-41

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2018 E 31/12/2017**

Valores em reais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>ATIVO</b>	<b>124.632.207,42</b>	<b>116.879.798,16</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>14.281.373,68</b>	<b>21.785.815,32</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>3.838.128,21</b>	<b>11.065.130,42</b>
CAIXA	31.076,62	32.599,38
BANCOS CONTA MOVIMENTO	498.923,88	613.894,33
BANCOS CONTA ARRECADAÇÃO	20.357,08	11.854,96
BANCOS CONTA POUPANÇA	10.915,61	13.839,29
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	3.276.855,02	10.392.942,46
<b>CRÉDITOS</b>	<b>10.402.147,55</b>	<b>10.685.471,28</b>
CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EXERCÍCIO	9.399.491,22	10.017.463,11
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	978.798,00	643.700,64
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	23.858,33	24.307,53
<b>DESPESAS ANTECIPADAS</b>	<b>41.097,92</b>	<b>35.213,62</b>
DESPESAS ANTECIPADAS DIVERSAS	41.097,92	35.213,62
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>110.350.833,74</b>	<b>95.093.982,84</b>
<b>CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER</b>	<b>8.653.594,27</b>	<b>7.705.416,12</b>
CONTRIBUIÇÕES OBRIGATORIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.650.828,77	7.701.704,42
DEPÓSITO JUDICIAL	2.765,50	3.711,70
<b>PERMANENTE</b>	<b>101.697.239,47</b>	<b>87.388.566,72</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>101.697.239,47</b>	<b>87.388.566,72</b>
BENS MÓVEIS	15.962.303,97	12.120.912,02
BENS IMÓVEIS	102.273.424,63	90.010.403,26
(-) DEPRECIAÇÃO BENS MÓVEIS	(7.904.003,07)	(7.009.394,35)
(-) DEPRECIAÇÃO BENS IMÓVEIS	(8.634.486,06)	(7.733.354,21)
<b>PASSIVO</b>	<b>124.632.207,42</b>	<b>116.879.798,16</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>15.125.700,95</b>	<b>14.672.935,43</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>15.125.700,95</b>	<b>14.672.935,43</b>
FORNECEDORES	902.891,23	965.021,57
PESSOAL A PAGAR	708.121,19	641.158,42
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	781.278,30	589.249,38
CONSIGNAÇÕES	72.071,68	66.286,11
OBRIGAÇÕES ESTATUTÁRIAS	2.333.349,47	1.495.389,51
CHEQUES A COMPENSAR	3.803,10	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	644.623,75	558.216,77
RECEITAS A REALIZAR DO EXERCÍCIO	9.679.562,23	10.357.613,67
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>9.323.016,44</b>	<b>8.191.667,17</b>
<b>OBRIGAÇÕES DIVERSAS</b>	<b>9.323.016,44</b>	<b>8.191.667,17</b>
CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.650.828,77	7.701.704,42
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	672.187,67	489.962,75
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>100.183.490,03</b>	<b>94.015.195,56</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>100.183.490,03</b>	<b>94.015.195,56</b>
SUPERAVIT / DEFICIT ACUMULADOS	41.278.698,92	37.281.013,71
SUPERAVIT / DEFICIT DO EXERCÍCIO	7.554.289,58	4.483.069,05
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	51.350.501,53	52.736.496,64
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	(485.383,84)

JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE NORONHA  
PRESIDENTE OAB/PARANAROGÉRIO CESAR DE OLIVEIRA  
Contador CRC/PR 033583/O-0



**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ**  
**CNPJ 77.538.510/0001-41**  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31/12/2018 E 31/12/2017**  
**Em reais**

	<u>01/01/2018 a</u> <u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2017 a</u> <u>31/12/2017</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>69.034.036,09</b>	<b>59.519.667,50</b>
RECEITAS	69.034.036,09	59.519.667,50
RECEITAS CORRENTES	64.753.867,37	56.788.658,41
ANUIDADES DO EXERCÍCIO	41.670.500,87	39.452.068,53
ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.550.389,06	8.001.679,21
RECEITAS SOBRE INFRAÇÕES	34.716,41	64.275,20
RECEITAS DE SERVIÇOS	2.718.618,58	2.565.593,07
RECEITAS DIVERSAS	8.779.642,45	6.705.042,40
TRANSFERÊNCIAS INTRA-CONSELHOS	3.354.338,21	1.191.893,11
TRANSFERÊNCIAS DE AUXÍLIOS	3.354.338,21	1.191.893,11
RECEITAS DE CAPITAL	925.830,51	1.539.115,98
RECEITAS PATRIMONIAIS	925.830,51	1.539.115,98
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>69.034.036,09</b>	<b>59.519.667,50</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>69.034.036,09</b>	<b>59.519.667,50</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>61.926.275,34</b>	<b>55.489.419,92</b>
DESPESAS	61.926.275,34	55.489.419,92
DESPESAS CORRENTES	61.926.275,34	55.489.419,92
DESPESAS DE CUSTEIO	61.926.275,34	55.489.419,92
PESSOAL	24.196.074,06	22.359.905,03
MATERIAL DE CONSUMO	1.529.145,85	1.352.536,98
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	696.563,36	707.836,50
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	14.372.022,81	12.217.462,60
DESPESAS COM DEPRECIações	2.023.163,76	1.791.017,97
OUTRAS DESPESAS	260.691,39	451.878,06
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.848.614,11	16.608.782,78
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>7.107.760,75</b>	<b>4.030.247,58</b>
<b>SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>7.107.760,75</b>	<b>4.030.247,58</b>

**JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE NORONHA**  
**PRESIDENTE OAB/PARANÁ**

**ROGERIO CESAR DE OLIVEIRA**  
**Contador CRC/PR 033583/O-0**



**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ**  
**CNPJ 77.538.510/0001-41**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12/2018 E 31/12/2017**  
**MÉTODO INDIRETO - Em reais**

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do período	7.107.760,75	4.030.247,58
(-) Ganho na venda de ativo imobilizado	(704.373,00)	(52.000,00)
(+) Despesas com depreciações	2.023.163,76	1.791.017,97
(-) Ajustes de exercícios anteriores	-	(485.383,84)
Aumento / redução de anuidades a receber	(331.152,46)	945.457,42
Aumento / redução de adiantamentos diversos	(335.097,36)	(50.383,26)
Aumento / redução de créditos diversos a receber	1.395,40	4.568,82
Aumento / redução de despesas antecipadas	(5.884,30)	(9.996,16)
Aumento / redução de fornecedores a pagar	(62.130,34)	435.140,60
Aumento / redução de obrigações com pessoal a pagar	66.962,77	69.736,98
Aumento / redução de encargos sociais a pagar	192.028,92	51.167,59
Aumento / redução de outras contas a pagar	95.995,65	581.682,50
Aumento / redução de obrigações estatutárias a pagar	837.959,96	584.131,99
Aumento / redução de receitas a realizar	(678.051,44)	1.157.755,77
Aumento / redução de contribuições obrigatórias	949.124,35	(1.886.134,11)
Aumento / redução de contingências	182.224,92	74.477,88
<b>(=) Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>9.339.927,58</b>	<b>7.241.487,73</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
(-) Aquisição de investimentos / imobilizado	(17.297.654,77)	(6.703.764,32)
(+) Custo bens baixados	26.351,98	29.764,42
(+) Venda de investimentos / imobilizado	704.373,00	52.000,00
<b>(=) Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>(16.566.929,79)</b>	<b>(6.621.999,90)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
(+) Integralização do capital	-	-
(+) Empréstimos bancários	-	-
(-) Amortização de empréstimos	-	-
<b>(=) Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VARIAÇÃO TOTAL DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(7.227.002,21)</b>	<b>619.487,83</b>
Saldo das disponibilidades no início do período	11.065.130,42	10.445.642,59
Saldo das disponibilidades no final do período	3.838.128,21	11.065.130,42
<b>Varição das disponibilidades</b>	<b>(7.227.002,21)</b>	<b>619.487,83</b>

JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE NORONHA  
PRESIDENTE OAB/PR

ROGÉRIO CESAR DE OLIVEIRA  
Contador CRC/PR 033583/O-0



**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31/12/2018 E 31/12/2017**  
Em reais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>7.107.760,75</b>	<b>4.030.247,58</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b><u>7.107.760,75</u></b>	<b><u>4.030.247,58</u></b>

**JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE NORONHA**  
**PRESIDENTE OAB/PR**

**ROGÉRIO CESAR DE OLIVEIRA**  
**Contador CRC/PR 033583/O-0**



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ  
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31/12/2018  
Em reais

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Superávit</u>	<u>Total</u>
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>34.350.664,69</b>	<b>53.189.318,11</b>	<b>2.930.349,32</b>	<b>90.470.331,82</b>
Incorporação do superávit ao patrimônio social	2.930.349,32	-	(2.930.349,32)	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(485.383,84)	(485.383,84)
Realização de avaliação patrimonial	-	(452.821,47)	452.821,47	-
Superávit do exercício	-	-	4.030.247,58	4.030.247,58
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>37.281.014,01</b>	<b>52.736.496,64</b>	<b>3.997.685,21</b>	<b>94.015.195,56</b>
Incorporação do superávit ao patrimônio social	3.997.685,21	-	(3.997.685,21)	-
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	(446.528,83)	446.528,83	-
Realização de avaliação patrimonial pela venda do imóvel	-	(939.466,28)	-	(939.466,28)
Superávit do exercício	-	-	7.107.760,75	7.107.760,75
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>41.278.699,22</b>	<b>51.350.501,53</b>	<b>7.554.289,58</b>	<b>100.183.490,03</b>

JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE NORONHA  
PRESIDENTE OAB/PR

ROGÉRIO CESAR DE OLIVEIRA  
Contador CRC/PR 033583/O-0



**AUDICONTROL**  
*Auditoria e Controle*

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
SEÇÃO PARANÁ.**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017.**



**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
SEÇÃO PARANÁ**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017.**

**ÍNDICE**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Quadro I – Balanço patrimonial

Quadro II – Demonstração do resultado

Quadro III – Demonstração do resultado abrangente

Quadro IV – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro V – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis



## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.**

Aos Senhores Diretores e ao Conselho Pleno da  
**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ**  
Curitiba – Paraná

### **Opinião.**

Examinamos as demonstrações contábeis da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião.**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### **Anuidades a receber.**

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 3.d, 6 e 7 às demonstrações contábeis que falam sobre os saldos de anuidades a receber de advogados.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, testamos e avaliamos a efetividade operacional dos controles internos mantidos e desenvolvidos pela ORDEM para suportar a adequação dos saldos a receber de anuidades. A Entidade, durante o exercício de 2018, envidou esforços para melhorar a confiabilidade e qualidade das informações demonstradas nos controles internos mantidos para os registros dos valores a receber das anuidades do exercício, de exercícios anteriores, e que deverão estar objetivamente representados nas demonstrações contábeis do próximo exercício.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das atividades.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em repostas a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar



dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**Curitiba, 26 de abril de 2019.**

**AUDICONTROL AUDITORIA E CONTROLE  
CRC-PR – 004.269/O-6**

**RICARDO BERTUCCI  
CONTADOR CRC-PR 045.801/O-4**

**QUADRO I**
**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ**
**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO.**  
**Em reais**

<b>ATIVO</b>	<b>Nota Explicativa</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>Nota Explicativa</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	550.358	658.349	Fornecedores	9	902.891	965.021
Aplicações financeiras	5	3.287.771	10.406.782	Anuidades e multas a apropriar	6	9.679.562	10.357.614
Anuidades e multas a receber	6	9.399.491	10.017.463	Obrigações sociais		440.623	295.299
Adiantamentos		978.798	643.700	Obrigações tributárias		164.303	133.053
Outros créditos		23.858	24.307	Obrigações estatutárias	10	2.333.349	1.495.389
Despesas antecipadas		<u>41.098</u>	<u>35.214</u>	Provisões trabalhistas	11	924.082	837.847
		<b>14.281.374</b>	<b>21.785.815</b>	Outras obrigações		<u>680.891</u>	<u>588.712</u>
						<b>15.125.701</b>	<b>14.672.935</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Anuidades e multas a receber	7	8.650.829	7.701.704	Anuidades e multas a apropriar	7	8.650.829	7.701.704
Depósitos judiciais		2.766	3.712	Provisão para contingência	12	<u>672.188</u>	<u>489.963</u>
Imobilizado	8	<u>101.697.239</u>	<u>87.388.567</u>			<b>9.323.017</b>	<b>8.191.667</b>
		<b>110.350.834</b>	<b>95.093.983</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social	13	41.278.699	37.281.014
				Ajustes de avaliação patrimonial	8	51.350.501	52.736.497
				Superávit	13	<u>7.554.290</u>	<u>3.997.685</u>
						<b>100.183.490</b>	<b>94.015.196</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b><u>124.632.208</u></b>	<b><u>116.879.798</u></b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b><u>124.632.208</u></b>	<b><u>116.879.798</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**QUADRO II**
**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ**
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO.**
**Em reais**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Receitas</b>		
Anuidades do exercício	41.670.498	39.452.069
Anuidades de exercícios anteriores	11.550.389	8.001.679
Receitas sobre infrações	34.716	64.275
Taxas e emolumentos	2.718.619	2.565.593
Outras receitas	8.779.645	6.705.043
Transferências intraconselhos	3.354.338	1.191.893
Receitas sobre aplicações financeiras	<u>925.831</u>	<u>1.539.116</u>
<b>Total das receitas</b>	<b><u>69.034.036</u></b>	<b><u>59.519.668</u></b>
<b>Despesas operacionais da ORDEM</b>		
Pessoal	-24.196.074	-22.359.905
Material de consumo	-1.529.146	-1.352.537
Serviços de terceiros - pessoa física	-696.563	-707.836
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	-14.372.023	-12.217.463
Despesas com depreciações	-2.023.164	-1.791.018
Outras despesas	<u>-260.691</u>	<u>-451.878</u>
<b>Total das despesas operacionais da ORDEM</b>	<b><u>-43.077.661</u></b>	<b><u>-38.880.637</u></b>
<b>Contribuições estatutárias</b>		
Conselho federal	-5.385.318	-4.745.367
Caixa de assistências dos advogados	-10.770.637	-9.490.733
Fundo cultural	-1.615.595	-1.423.610
FIDA	<u>-1.077.064</u>	<u>-949.073</u>
<b>Total das contribuições estatutárias</b>	<b><u>-18.848.614</u></b>	<b><u>-16.608.783</u></b>
<b>Total geral das despesas</b>	<b><u>-61.926.275</u></b>	<b><u>-55.489.420</u></b>
<b>Superávit do exercício</b>	<b><u>7.107.761</u></b>	<b><u>4.030.248</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**QUADRO III**

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO.**  
Em reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Superávit do exercício</b>	<b>7.107.761</b>	<b>4.030.248</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b><u>7.107.761</u></b>	<b><u>4.030.248</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**AUDICONTROL**

**QUADRO IV**

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.**

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Superávit</u>	<u>Total</u>
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>34.350.665</b>	<b>53.189.318</b>	<b>2.930.349</b>	<b>90.470.332</b>
Incorporação do superávit ao patrimônio social	2.930.349	-	-2.930.349	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-485.384	-485.384
Realização de de avaliação patrimonial	-	-452.821	452.821	-
Superávit do exercício	-	-	4.030.248	4.030.248
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>37.281.014</b>	<b>52.736.497</b>	<b>3.997.685</b>	<b>94.015.196</b>
Incorporação do superávit ao patrimônio social	3.997.685	-	-3.997.685	-
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	-446.529	446.529	-
Realização de avaliação patrimonial pela venda de imóvel	-	-939.467	-	-939.467
Superávit do exercício	-	-	7.107.761	7.107.761
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>41.278.699</b>	<b>51.350.501</b>	<b>7.554.290</b>	<b>100.183.490</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**QUADRO V****ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA FINDO EM 31 DE DEZEMBRO.**

Em reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit do exercício	7.107.761	4.030.248
Ajustes por:		
Depreciação	2.023.164	1.791.018
Prejuízo na venda de bens do imobilizado	239.467	-
Provisão para contingência	<u>182.225</u>	<u>74.478</u>
	<u><b>9.552.617</b></u>	<u><b>5.895.744</b></u>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Aumento/redução em anuidades a receber	-331.153	945.457
Aumento em demais contas a receber	-339.587	-55.810
Redução/aumento em fornecedores	-62.130	435.140
Aumento em obrigações sociais	231.559	118.096
Aumento em obrigações estatutárias	837.960	584.132
Aumento/redução em demais contas a pagar	<u>394.502</u>	<u>-143.887</u>
	<u><b>731.151</b></u>	<u><b>1.883.128</b></u>
<b><u>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</u></b>	<u><b>10.283.768</b></u>	<u><b>7.778.872</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisições de bens do imobilizado	-17.297.655	-6.703.765
Baixa do imobilizado – Valor residual	26.352	29.765
Recebimento pela venda de bens do imobilizado	700.000	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-485.384
Realização de avaliação patrimonial	<u>-939.467</u>	<u>-</u>
<b><u>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</u></b>	<u><b>-17.510.770</b></u>	<u><b>-7.159.384</b></u>
<b>Redução/aumento líquido de caixa e equivalentes a caixa</b>	<u><b>-7.227.002</b></u>	<u><b>619.488</b></u>
Caixa e equivalente a caixa no início do período	11.065.131	10.445.643
Caixa e equivalente a caixa no final do período	<u>3.838.129</u>	<u>11.065.131</u>
	<u><b>-7.227.002</b></u>	<u><b>619.488</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.**

#### **1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB**, constituída através do artigo 17 do decreto número 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas e promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

A **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ** foi instalada em 15 de fevereiro de 1932.

#### **2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei n.º 6.404/76, e suas alterações posteriores. Pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, além das normas técnicas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em especial as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC aplicáveis a Entidades sem Fins Lucrativos.

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, e regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

#### **3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

##### **a) Base para preparação.**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas considerando o custo histórico.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.



**b) Caixa e equivalentes de caixa.**

São recursos mantidos em espécie na tesouraria e pelos saldos livres de movimentação dos depósitos bancários a vista. Os saldos bancários são mantidos em instituições financeiras pelo país, autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**c) Aplicações financeiras.**

As aplicações financeiras são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do presente balanço, e são imunes da retenção do Imposto de Renda nos termos da legislação vigente.

**d) Anuidades e multas a receber**

As anuidades a receber estão registradas pelos seus valores fixados em cada exercício social.

A ORDEM tem como procedimento registrar no ativo e passivo circulante e não circulante os valores a receber de anuidades dos advogados, sendo que no circulante são registrados os valores a receber do período corrente, e no não circulante são contabilizados os montantes a receber dos últimos cinco exercícios sociais, e de períodos anteriores a estes, desde que, tenham ações judiciais em andamento para a cobrança. Somente com o efetivo recebimento das anuidades os valores são baixados das contas ativas e passivas e registrados no resultado do exercício como receita.

**e) Provisão para perdas de longo prazo.**

A provisão para perdas é constituída com base na análise das perdas históricas dos créditos de anuidades, e é considerada pela Administração, suficiente para cobrir eventuais perdas de realização dos valores a receber de anuidades.

**f) Ativo Imobilizado.**

Os bens que compõem o ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da respectiva depreciação acumulada, que está calculada considerando o tempo de vida útil do bem.

**g) Fornecedores.**

Saldos a pagar de títulos cujos vencimentos ocorrem após o encerramento do balanço patrimonial em 31 de dezembro, e são decorrentes das compras de materiais de uso e consumo e demais mercadorias e da contratação de prestadores de serviços diversos, na condição para pagamento a prazo.

Os montantes a pagar são contabilizados pelos valores constantes das respectivas notas fiscais ou documentos fiscais.

**h) Provisões trabalhistas.**

Está constituída de acordo com a legislação trabalhista vigente, considerando o período aquisitivo de cada colaborador perante a ORDEM, acrescida dos respectivos encargos sociais.

**i) Tributação**

Nos termos da legislação tributária brasileira, a ORDEM, goza de imunidade do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais tributos federais sobre sua arrecadação e/ou superávit apurado.

**j) Passivos circulantes e não circulantes.**

Os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelos seus valores mensuráveis e conhecidos, e acrescidos dos encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, com base em taxas normalmente usuais.

**k) Obrigações estatutárias.**

As contribuições estatutárias são devidas ao Conselho Federal, à Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná, ao Fundo Cultural e ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados – FIDA, e constituídas de acordo com os artigos 56 e 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e suas atualizações, sobre receitas brutas mensais de anuidades, considerando inclusive as correspondentes provisões para perdas, nos termos da Lei n.º 8.906/1994 nos seguintes percentuais:

- 10% para o Conselho Federal;
- 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados;
- 3% para o Fundo Cultural; e
- 2% para o FIDA.

**l) Provisões para Contingências.**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, preparadas pela administração da entidade em conjunto com seus consultores jurídicos.

**m) Apuração do superávit ou déficit do exercício.**

O procedimento adotado pela ORDEM para a apuração do Superávit ou Déficit do exercício social, é o regime de competência para o reconhecimento das despesas e o regime de caixa para reconhecimento das receitas, por entender ser o mais adequado em relação a apresentação das presentes demonstrações financeiras.

**n) Demonstração dos Fluxos de Caixa.**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa



**4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	31.077	32.600
Bancos conta movimento	498.924	613.894
Bancos conta arrecadação	<u>20.357</u>	<u>11.855</u>
<b>Total</b>	<b><u>550.358</u></b>	<b><u>658.349</u></b>

**5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS.**

<u>Instituições financeiras:</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b><u>Seccional</u></b>		
Caixa Econômica Federal – CDB	1.251.288	6.139.927
Caixa Econômica Federal – Fundo de investimentos	1.043.780	2.549.946
Banco do Brasil – Fundo de investimentos	64.582	791.394
Caixa Econômica Federal – Mútua	<u>32.464</u>	<u>30.495</u>
	<b>2.392.114</b>	<b>9.511.762</b>
<b><u>Subseções</u></b>		
Caixa Econômica Federal	780.229	796.275
Banco do Brasil	6.311	5.992
Sicredi	81.541	78.914
Contas poupança	<u>27.576</u>	<u>13.839</u>
	<b>895.657</b>	<b>895.020</b>
<b>Total</b>	<b><u>3.287.771</u></b>	<b><u>10.406.782</u></b>

**6 ANUIDADES E MULTAS A RECEBER – CIRCULANTE.**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Anuidades e multas do exercício	9.679.562	10.070.314
Negociações	<u>-</u>	<u>287.300</u>
	<b>9.679.562</b>	<b>10.357.614</b>
Depósitos não identificados	<u>-280.071</u>	<u>-340.151</u>
	<b>-280.071</b>	<b>-340.151</b>
<b>Total</b>	<b><u>9.399.491</u></b>	<b><u>10.017.463</u></b>

**7 ANUIDADES E MULTAS A RECEBER – NÃO CIRCULANTE.**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Anuidades e multas de exercícios anteriores	15.942.026	14.912.203
( - ) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>-7.291.197</u>	<u>-7.210.499</u>
<b>Total</b>	<b><u>8.650.829</u></b>	<b><u>7.701.704</u></b>





A ORDEM tem registrado no ativo não circulante e no passivo não circulante, os valores de anuidades a receber de advogados, correspondentes aos exercícios anteriores à 2018 e, vencidas até 31 de dezembro de 2017.

Por decisão da diretoria, foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base na expectativa de não recebimento dos advogados ativos.

A administração vem intensificando a gestão de recuperação da inadimplência através de ações de cobranças por notificações e ações judiciais. A evolução tem ocorrido mediante ações programadas e de efetivações pontuais.

## 8 IMOBILIZADO.

			<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Custo +</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
	<u>Valor justo</u>	<u>Acumulada</u>		
Edificações	50.785.560	-8.555.635	42.229.925	40.955.286
Terrenos	39.259.130	-	39.259.130	39.471.000
Móveis e utensílios	6.752.241	-3.014.998	3.737.243	1.992.267
Instalações	686.940	-292.294	394.646	227.492
Maquinas e aparelhos	3.659.224	-1.689.070	1.970.154	1.143.219
Equipamentos de informática	3.965.410	-2.476.500	1.488.910	1.276.154
Veículos	686.949	-337.805	349.144	395.538
Outras imobilizações	858.575	-172.187	686.388	185.093
Construções e reformas da Seccional e das Subseções	<u>11.581.699</u>	<u>-</u>	<u>11.581.699</u>	<u>1.742.518</u>
<b>Total</b>	<b><u>118.235.728</u></b>	<b><u>-16.538.489</u></b>	<b><u>101.697.239</u></b>	<b><u>87.388.567</u></b>

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, as sedes da Seccional e das Subseções, nas quais são desenvolvidas as atividades operacionais da ORDEM. No exercício de 2016, esses imobilizados foram objetos de levantamento para identificação do seu Valor Justo, ocasião que gerou um "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no montante de R\$ 53.189.318.

O levantamento realizado por empresa avaliadora em observância ao pronunciamento contábil do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis n.º 27 e o ICPC 10 e o NBC TG 1000, serviu para identificar a vida útil dos bens registrados no grupo de Edificações. A partir de então, esses bens veem sendo depreciados pelo método linear às taxas variando de 1,66% à 3,33% ao ano, o que compreende o período de vida útil estimado entre 30 a 60 anos, considerando as edificações da Seccional e das Subseções.

Para os outros grupos registrados no imobilizado, a entidade elaborou estudo interno, no qual, chegou-se à conclusão que as taxas efetivas realizadas para os bens, ficaram com os seguintes percentuais:

<u>Grupo</u>	<u>Vida útil em anos</u>	<u>Percentual para depreciação</u>
Móveis e utensílios	10,00	10,00%
Máquinas e aparelhos	10,00	10,00%
Instalações	10,00	10,00%
Equipamentos de Informática	7,30	13,70%
Veículos	5,46	18,30%



**9 FORNECEDORES.**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Seccional	883.894	943.852
Subseções	<u>18.997</u>	<u>21.169</u>
<b>Total</b>	<b><u>902.891</u></b>	<b><u>965.021</u></b>

**10 OBRIGAÇÕES ESTATUTÁRIAS.**

<u>Cota estatutária:</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Conselho Federal	1.893.655	1.407.798
Caixa de Assistência dos Advogados	328.470	-
Fundo Cultural	554	187
FIDA	<u>110.670</u>	<u>87.404</u>
<b>Total</b>	<b><u>2.333.349</u></b>	<b><u>1.495.389</u></b>

**11 PROVISÕES TRABALHISTAS.**

<u>Provisões para:</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Férias	708.121	641.159
Encargos sobre férias	<u>215.961</u>	<u>196.688</u>
<b>Total</b>	<b><u>924.082</u></b>	<b><u>837.847</u></b>

**12 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA.**

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, considerando as experiências anteriores referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão no montante total de R\$ 672.188 (R\$ 489.963 em 2017), consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas econômicas com as ações em andamento.

**13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO.**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Patrimônio social	41.278.699	37.281.014
Ajustes de avaliação patrimonial	51.350.501	52.736.497
Superávit do exercício	<u>7.554.290</u>	<u>3.997.685</u>
<b>Total</b>	<b><u>100.183.490</u></b>	<b><u>94.015.196</u></b>



**14 COBERTURA DE SEGUROS.**

A ORDEM, em 31 de dezembro de 2018, era auto seguradora em parte dos imóveis das Subseções.

**15 AÇÕES DE COBRANÇA DAS ANUIDADES EM ATRASO.**

A ORDEM possui atualmente 2.675 (dois mil, seiscentos e setenta e cinco) advogados com ações em andamento para a cobrança das anuidades em atraso, compreendendo o período das cobranças entre os exercícios de 2008 à 2018.

\* \* \*





*Ordem dos Advogados do Brasil*  
*Seção do Paraná*

Curitiba, 26 de abril de 2019.

Ilmos. Srs.  
AUDICONTROL Auditoria e Controle.  
Rua Marechal Deodoro, 630 cj. 1.303 – CCI  
80010-010 – Curitiba – Paraná

Prezados Senhores:

Com referência ao exame procedido por V.Sa., nas demonstrações contábeis desta Entidade, encerradas na data de 31 de dezembro de 2018, com a finalidade de emitir seu parecer de auditoria sobre as mesmas, e atendendo sua solicitação expressa, de confirmar até onde é de nosso conhecimento, as declarações e informações já prestadas durante seus exames de auditoria.

Confirmamos, a seguir, sucintamente, tais declarações e informações, esclarecendo que deixaremos de mencionar itens não significativos e quantias não relevantes.

1. Concordamos que é de nossa responsabilidade a fiel representação, nas demonstrações contábeis examinadas por V.Sa., da situação patrimonial e financeira, e de resultado da ORDEM, assim como a demonstração dos fluxos de caixa, em conformidade com os princípios de contabilidade previstos em legislação societária e atendidos os preceitos legais aplicáveis.

2. Colocamos à sua disposição:

2.1. todos os livros e registros contábeis;

2.2. os livros de atas de assembléias e reuniões da diretoria.

3. Não houve durante o exercício:

3.1. Operações ou transações que possam ser reconhecidas como irregulares ou que não tenham sido realizadas no melhor interesse da ORDEM;



Rua Brasilino Moura, 253, Ahú  
CEP: 80540-340 - Curitiba / PR



Tel.: (41) 3250-5700



[www.oabpr.org.br](http://www.oabpr.org.br)



## *Ordem dos Advogados do Brasil* *Seção do Paraná*

3.2. Irregularidades envolvendo a administração ou funcionários que desempenham papéis importantes no sistema de controle contábil interno.

4. Não temos planos, ou intenção, que possam afetar o valor contábil ou a classificação de ativos e passivos.

5. Confirmamos que, os seguintes itens foram devidamente registrados ou apresentados em nossas demonstrações contábeis:

5.1. Bases de avaliações dos ativos e ajustes dessas avaliações, mediante provisões adequadas, para refletir valores de realização ou outros valores previstos pelos princípios contábeis na legislação tributária;

5.2. Todas as obrigações e passivos conhecidos;

5.3. Classificação das contas ativos e passivos de acordo com suas naturezas e prazos;

6. Não temos conhecimento de:

6.1. Violações ou possíveis violações, de leis ou regulamentos, cujos efeitos devam ser considerados para revelação nas demonstrações contábeis examinadas, ou como base para registro de perda contingente;

6.2. Outros passivos relevantes, superávit ou déficit contingentes, cuja efetivação seja provável, e cujos valores possam ser razoavelmente estimados.

7. Não existem reclamações não formalizadas, ou ações que nossos advogados tenham considerado prováveis de serem iniciadas.

7.1 Confirmamos que os advogados que representam a ORDEM em ações judiciais são:

- Hélio Gomes Coelho Júnior;
- Fabio Artigas Grillo;
- Amanda Buseti Mori Santos.

8. Não houveram transações que não tenham sido devidamente lançadas nos registros contábeis, que serviram de base para as demonstrações contábeis.

9. A Entidade está de posse de documentos satisfatórios de propriedade de todos os seus bens, e não existem ônus ou penhor, ou outros impedimentos sobre tais bens.

10. Posteriormente à data do balanço, e até a esta data, não ocorreu nenhum evento que demandasse ajuste ou revelação nas demonstrações contábeis por V.Sa (s) auditadas.





# Ordem dos Advogados do Brasil

## Seção do Paraná

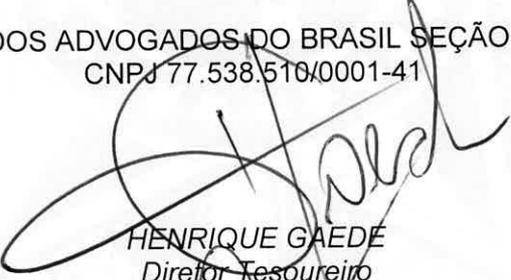
As demonstrações financeiras submetidas à auditoria de V.Sas. podem ser identificadas pelas cifras.

	<u>Em reais</u>
Patrimônio líquido	100.183.490
Superávit do exercício	7.107.761
Ativo circulante	14.281.374
Ativo não circulante	110.350.834
Passivo circulante	15.125.701
Passivo não circulante	9.323.017

Estas contas estão de acordo com os livros oficiais da ORDEM e referem-se as demonstrações contábeis à serem transcritas no Livro Diário e para publicação ou divulgação ao Conselho Pleno da Seção do Paraná e ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, diretores e terceiros.

Atenciosamente

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO PARANÁ  
CNPJ 77.538.510/0001-41

  
HENRIQUE GAEDE  
Diretor Tesoureiro

  
ROGÉRIO CESAR DE OLIVEIRA  
Contador CRC/PR 033583/O-PR



**PARANÁ**  
**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARANÁ**  
 CNPJ 77.538.510/0001-41  
**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA RECEITA E DESPESA - EXERCÍCIO DE 2018**

COD	RECEITAS	ORÇADO 2018	Orçado até dezembro 2018 total	Realizado até dezembro 2018 seccionais	Realizado até dezembro 2018 subseções	Realizado até dezembro 2018 total	Diferença orçado / realizado - total	COD	DESPESAS	ORÇADO 2018	Orçado até dezembro 2018 total	Realizado até dezembro 2018 seccional	Realizado até dezembro 2018 subseções	Realizado até dezembro 2018 total	Diferença orçado / realizado - total
4.1	RECEITAS CORRENTES	43.140.167,38	43.140.167,38	41.997.504,90	41.997.504,90	41.997.504,90	(1.142.662,48)	3.1	DESPESAS CORRENTES	24.107.000,00	24.107.000,00	24.167.756,69	28.317,37	24.196.074,06	(99.074,06)
4.1.1	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.510.000,00	6.510.000,00	11.855.679,84	11.855.679,84	11.855.679,84	5.345.679,84	3.1.1	DESPESAS DE CUSTEIO	1.952.000,00	1.952.000,00	689.067,34	970.095,93	1.659.163,27	292.836,73
4.1.2	RECEITAS DE COBRANÇAS	230.000,00	230.000,00	34.716,41	34.716,41	34.716,41	(195.283,59)	3.1.1.1	PESSOAL	12.206.000,00	12.206.000,00	10.798.990,98	4.179.529,42	14.978.520,40	(2.772.520,40)
4.1.3	RECEITAS DE INFRAÇÕES	2.466.000,00	2.466.000,00	2.718.618,58	2.718.618,58	2.718.618,58	252.618,58	3.1.1.2	MATERIAL DE CONSUMO	17.377.558,58	17.377.558,58	18.848.614,11	-	18.848.614,11	(1.471.055,59)
4.1.4	RECEITAS DE SERVIÇOS	5.450.000,00	5.450.000,00	5.617.805,47	7.442.974,64	7.442.974,64	1.992.974,64	3.1.1.3	SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.400.000,00	1.400.000,00	4.502.763,37	-	4.502.763,37	(3.102.763,37)
4.1.5	RECEITAS DIVERSAS	2.000.000,00	2.000.000,00	2.688.724,67	2.827.208,23	2.827.208,23	827.208,23	3.1.1.3	OUTRAS DESPESAS (LEITOR)	10.000.000,00	10.000.000,00	12.794.891,40	-	12.794.891,40	(2.794.891,40)
4.1.6	TRANSFERÊNCIAS INTRA CONSELHOS	1.500.000,00	1.500.000,00	881.605,86	925.630,51	925.630,51	(574.169,49)	3.1.2	TRANSE CORRENTES	300.000,00	300.000,00	193.829,99	557,77	194.387,76	105.612,24
4.2	RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	3.1.2.1	CONTRIB. SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	453.608,80	453.608,80	-	-	-	453.608,80
4.2.1	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	-	-	44.224,65	44.224,65	44.224,65	44.224,65	3.2	DESPESA DE CAPITAL	67.796.167,38	67.796.167,38	67.985.913,88	5.178.500,49	77.174.414,37	(9.378.246,99)
4.2.2	VENDA IMOBILIZADO	-	-	4.373,00	4.373,00	4.373,00	4.373,00	3.2.1	INVESTIMENTOS	67.796.167,38	67.796.167,38	71.985.913,88	-	71.985.913,88	4.189.746,50
4.2.3	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	3.2.1.1	EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTES	1.400.000,00	1.400.000,00	4.502.763,37	-	4.502.763,37	(3.102.763,37)
4.2.4	DOAÇÕES RECEBIDAS	-	-	527.129,98	527.129,98	527.129,98	527.129,98	3.2.1.2	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000.000,00	10.000.000,00	12.794.891,40	-	12.794.891,40	(2.794.891,40)
4.3	SUPERAVIT FINANCEIRO EXERC ANTERIOR Provisão obras subseções*	6.500.000,00	6.500.000,00	0,00	0,00	0,00	-	3.3	OUTRAS DESPESAS (LEITOR)	300.000,00	300.000,00	193.829,99	557,77	194.387,76	105.612,24
								3.3.1	LEITOR (contrapartida com a venda na receita)	453.608,80	453.608,80	-	-	-	453.608,80
								3.9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
	<b>TOTALS</b>	<b>67.796.167,38</b>	<b>67.796.167,38</b>	<b>68.034.036,09</b>	<b>68.034.036,09</b>	<b>68.034.036,09</b>	<b>7.237.868,71</b>		<b>TOTALS</b>	<b>67.796.167,38</b>	<b>67.796.167,38</b>	<b>71.985.913,88</b>	<b>5.178.500,49</b>	<b>77.174.414,37</b>	<b>(9.378.246,99)</b>

RECEITAS EXECUTADAS	69.034.036,09
DESPESAS EXECUTADAS	77.174.414,37
RESULTADO EXECUTADO	(8.140.378,29)

JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA  
 Presidente

AIRTON MARTINS MOLINA  
 Vice Presidente

MARILENA INDIRA WINTER  
 Secretária Geral

ALEXANDRE HELLENDER DE QUADROS  
 Secretário Geral Adjunto

FABIANO AUGUSTO PIAZZA BARACAT  
 Tesoureiro



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ  
CNPJ 77.538.510/0001-41  
Reconciliação do resultado contábil para obtenção do resultado financeiro  
Períodos de 01/01/2018 a 31/12/2018 e 01/01/2017 a 31/12/2017 - valores em reais

	<u>01/01/2018 a</u> <u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2017 a</u> <u>31/12/2017</u>
<b>RESULTADO CONTABIL DO PERÍODO</b>	<b>7.107.760,75</b>	<b>4.030.247,58</b>
(+) Despesas de depreciação / amortização (gasto não financeiro)	2.023.163,76	1.791.017,97
(+) Custo de bens baixados (gasto não financeiro)	26.351,98	29.764,42
(-) Aquisição de imobilizado - equipamentos e materiais permanentes (despesa de capital)	(4.502.763,37)	(5.081.532,82)
(-) Aquisição de imobilizado - obras e construções (despesa de capital)	(12.794.891,40)	(1.622.231,50)
<b>RESULTADO FINANCEIRO DO PERÍODO</b>	<b>(8.140.378,28)</b>	<b>(852.734,35)</b>

**Resultado contábil** - apurado na contabilidade / DRE, em conformidade com a escrituração comercial (Leis 6404/1976 e 11638/2007)

**Resultado financeiro** - a partir do resultado contábil, são somados ao mesmo os gastos não financeiros contabilizados (despesas de depreciação e custo de bens baixados) e deduzidos os gastos com Imobilizado (aqui considerados como Despesas de Capital)